PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Direito Constitucional comparado na América Latina
Professor: Gina Vidal Marcilio Pompeu
Créditos: 03 (três)
Carga horária: 45 h/a
E-mail: ginapompeu@unifor.br

2. SINTESE DA IDENTIFICAÇÃO

- Estágio Pós-Doutoral em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (2017), estágio pós-doutoral em direitos humanos, econômicos e a responsabilidade social das empresas pela Faculdade de Direito da Universidade do Havre (2012), Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestrado em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1994), graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1987). Advogada inscrita na OAB-CE sob o n. 6101. Professora Titular de Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Diretora de Relações Internacionais da Unifor - DRI. Coordenadora do grupo de pesquisas REPJEAAL, Relações econômicas, Políticas, Jurídicas, Educacionais e Ambientais da América Latina cadastrado no CNPQ, líder do CELA, Centro de Estudos Latino-Americano da Universidade de Fortaleza. Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Presidente da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia http://red-idd.com/. Membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas. Membro do Conselho Consultivo Externo do Centro de Pesquisa JusGov - Pós-graduação em Direito - Universidade do Minho. Membro da Associação dos professores de Direito Ambiental do Brasil - APRODAB. Áreas de pesquisa: Direito constitucional, econômico, político, social, educacional e ambiental. ginapompeu@unifor.br. https://orcid.org/0000-0003-0446-7452. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5158462383888889 . ginapompeu@unifor.br.
- ID Lattes: 5158462383888889.

3. EMENTA

Direito Constitucional comparado na América Latina; a formação dos Estados, do poder de mando e o perfil do povo no contexto Latino Americano; elementos básicos do Estado (população, território e poder de mando); autonomia interna e soberania internacional; Inserção dos países no âmbito dos mercados, da globalização, do crescimento econômico e do desenvolvimento humano; ordenamento jurídico e as constituições dirigentes do Século XXI; efetivação dos direitos sociais e dignidade humana na América Latina; Estados, instituições e a responsabilidade social; parcerias público-privadas; a ordem política e as ordens econômicas e jurídicas no espaço nacional e supranacional; a atração de empresas, manutenção e recuperação; tratados e convenções internacionais; capacitação e educação para inserção no mercado de trabalho; Controle de convencionalidade; Corte Interamericana de Direitos Humanos; do antropocentrismo ao ecocentrismo no constitucionalismo latino-americano; energias e crise climática; educação jurídica nas universidades latino-americanas.

4. METODOLOGIA

As aulas serão expositivas, dialogadas, apoiadas em dinâmicas de COIL (Collaborative Online International Learning) e em consultas à doutrina e sites especializados, textos disponíveis na biblioteca ou indicados pela professora. Estudo de casos, debates, leitura e participação dos macroprocessos dos grupos de pesquisa REPJAAL, relações econômicas, políticas, jurídicas e ambientais na América Latina e da RED-IDD, rede interamericana de direitos fundamentais e democracia. Formação de grupos de estudos no início do semestre para aprofundamento de temas específicos do conteúdo programático. Indicação de temas para pesquisas e apresentação dos resultados em forma de artigo, com defesa oral em seminário no final da disciplina. Apoio de data show, unifor-online: Chat: grupos de discussão webaula para disponibilização de textos e tarefas, projeção de filmes nas salas de vídeo e de multimeios. Para maior rentabilidade, eficácia e enriquecimento, os acadêmicos deverão, semanal e previamente, realizar leituras sistemáticas da doutrina constante da bibliografia.

5. CONTEÚDO	CH
• Investigar a formação histórica das instituições e do poder público na América Latina, por meio da análise da formação constitucional em cada um dos países, divergências e convergências. Observar as relações de poder e as funções típicas do Estado: legislativa, executiva e judiciária. Identificar o percurso democrático,	

5. CONTEÚDO	CH
avanços e retrocessos da participação política, do acesso à informação e à liberdade de expressão. (Direito Constitucional, Direito Internacional e Teoria do Estado, bem como dados oriundos da RED-IDD. Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia). • Analisar o novo constitucionalismo latino-americano do século XXI, reformas constitucionais, e até que ponto uma sociedade não democrática sustenta um governo democrático (Muller). Observar, sob o viés teórico e prático, a aplicabilidade da vontade de constituição, entre a folha de papel de Lassalle até a verdade efetiva das coisas de Maquiavel, no âmbito da América Latina. • Pesquisar sobre o desenvolvimento sustentável e os instrumentos de integração sócio, jurídico, econômico e político. Verificar a intensidade das relações no âmbito da globalização transnacional, dos mercados e da atração de empresas, abertura, manutenção e processo falimentar; geração de emprego e renda, parcerias público-privadas, e o arcabouço jurídico de proteção à realização de negócios internacionais, assim como a proteção das relações de trabalho. Analisar a questão migratória e as respectivas políticas públicas de integração. (Direito Constitucional Econômico, Direito Internacional, Macroeconomia, Direito Comercial, Direito do Trabalho- Conhecer os dados da CEPAL — Comissão para a América Latina e Caribe https://www.cepal.org/pt-br) • Identificar o índice de desenvolvimento humano, diante da efetivação dos direitos sociais por meio de políticas públicas, de destinação orçamentária e priorização do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU — Agenda 2030 no que concerne às diretrizes para a América Latina. Acompanhar os relatórios da ONU, da CEPAL, da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, fórum internacional com 38 países membros, focado em promover políticas públicas que promovem o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Investigar os demais institutos de estudos Latino-Americanos. (https://nacoesunidas.org/pos2025/Direito Internacional, Direitos Humanos, Teoria da Justiça, Macroeconomia). • Acompanhar os relatórios de desenvolvimento do acesso à educação na América Latina, as técnicas pedagógicas para a capacitação para o trabalho. Remarcar a responsabilidade do Estado e das Instituições para a formação do capital humano e posteriormente capital social. Avaliar a responsabilidade social das empresas e das universidades. Examinar a formação dos cursos jurídicos na América Latina, influências das correntes ideológicas estrangeiras e as respectivas adequações às necessidades do constitucionalismo da América do Sul. Perquirir as matrizes curriculares e o viés propedêutico, processual e prático e observar se elas fomentam a responsabilidade social transformadora da realidade, inerente às carreiras jurídicas. (https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital,	

5. CONTEÚDO	CH
Capital Human Report na América Latina. Direito Constitucional, Direito educacional, Administração e gestão) • Estudar a trajetória do Antropocentrismo ao ecocentrismo diante dos pareceres da CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como analisar o constitucionalismo multinível e o controle de convencionalidade, diante das decisões oriundas dos tribunais latino-americanos e legislações nacionais e municipais. Verificar a existência de uma ciência da Terra, Antropoceno e Limites Planetários. Ética Aninal e Ética Ecológica. Novo paradigma jurídico biocêntrico e ecocêntrico. Direitos dos Animais. Direitos da Natureza. A equidade e os pactos intergeracionais e interespécies. O Direito Constitucional Ecológico na América Latina, no Antropoceno: das "Leis da Natureza" às "Leis Humanas" (Ciência da Natureza, Limites Planetários e Direito Planetário). Ética Ecológica e Animal: O Direito no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico Ecocêntrico. Princípio da dignidade do animal não humano e da Natureza. Solidariedade interespécies no constitucionalismo latino-americano. • Investigar a invasão da Venezuela ocorrida em janeiro de 2026, que resultou com a captura do então Presidente Nicolas Maduro. Relação de confronto com as regras da ONU e com os ditames da Soberania Nacional. Busca por matrizes energéticas e dilemas na América Latina.	
Invasão da Venezuela em janeiro de 2026, e captura do Presidente Nicolas Maduro. Repercussões internacionais e análise jurídica. Quebra da soberania. Carta da ONU. Busca por matrizes energéticas.	
A formação histórica das instituições e do poder público na América Latina, por meio da análise constitucional em cada um dos países, e respectivo ordenamento jurídico. Estudos sobre as relações de poder e as funções típicas do Estado: legislativa, executiva e judiciária. Identificar o percurso democrático, avanços e retrocessos da participação política.	
O acordo de Scazu, como garantia do acesso à informação e à liberdade de expressão à justiça. Um tratado internacional da América Latina e do Caribe que busca garantir o acesso à informação, e à participação pública.	
Analisar o novo constitucionalismo latino-americano do século XXI, reformas constitucionais, e até que ponto uma sociedade não democrática sustenta um governo democrático (Muller).	
Crescimento econômico e desenvolvimento Humano. O desenvolvimento sustentável e os instrumentos de integração sócio, jurídico, econômico e político. Relações no âmbito da globalização transnacional, dos mercados. Geração de emprego e renda: atração de empresas, abertura, manutenção e processo falimentar; parcerias público-privadas, e o arcabouço jurídico de proteção à realização de negócios internacionais, assim como a proteção das relações de trabalho.	

@uniforcomunica

5. CONTEÚDO	CH
A questão migratória e as respectivas políticas públicas de integração. (Conhecer os dados da CEPAL — Comissão para a América Latina e Caribe https://www.cepal.org/pt-br)	
Estudo do PDESCA. (plano de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental na América Latina) Efetivação dos direitos sociais por meio de políticas públicas, de destinação orçamentária e priorização do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU — Agenda 2030, ONU, da CEPAL, da OCDE.	
Educar em matéria de direitos humanos inclusivos na América Latina. Capital Humano, capital social, capital intelectual. Direito e dever de educação na América Latina. Matrizes curriculares dos cursos de Direito. *Capital Human Report*.	
Responsabilidade social das empresas na América Latina.	
CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos, constitucionalismo multinível e o controle de convencionalidade, diante das decisões oriundas dos tribunais latino-americanos e legislações nacionais e municipais.	
Do Antropocentrismo ao ecocentrismo. Humanizar a natureza, ou naturalizar o humano	
A equidade e os pactos intergeracionais e interespécies. O Direito Constitucional Ecológico na América Latina, no Antropoceno: das "Leis da Natureza" às "Leis Humanas" (Ciência da Natureza, Limites Planetários e Direito Planetário).	
Ética Ecológica e Animal: O Direito no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico Ecocêntrico. Princípio da dignidade do animal não humano e da Natureza. Solidariedade interespécies no constitucionalismo latino-americano.	
Estudo jurisprudencial comparado na América latina.	
Entrega dos artigos científicos e defesa oral.	

6. AVALIAÇÃO

Os doutorandos serão avaliados mediante participação semanal em sala de aula com a entrega de resumos das pesquisas e textos pré-determinados. Estes comporão os respectivos portfólios. (2 pontos)

Escrita de artigo científico, conforme os padrões normativos da ABNT e especificações da CAPES, e defesa oral. (8 pontos).

Esse artigo conterá a temática abordada na disciplina, referências aos autores estudados e deverá apresentar padrão de qualidade que permita o envio à publicação em revista nacional ou estrangeira.

Recomenda-se não fundamentar o trabalho em manuais de Direito, jornais, blogs ou qualquer outra fonte não científica ou não correspondente ao nível da pós-graduação stricto sensu. Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail ginapompeu@unifor.br, com cópia para ppgd@unifor.br, no formato PDF e word.

unifor.br

Critérios de avaliação

a) Tema diretamente relacionado à disciplina;
b) Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação stricto sensu;
c) Citação de no mínimo 15 textos de doutrina (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação (manuais, cursos etc.) ou não científicos (notícias, textos publicados em blogs ou em revistas não científicas etc.);
d) Obediência às regras da ABNT;
e) Percentagem máxima do Turnitin: 30% de ausência de originalidade. No caso de plágio (qualquer seja a percentagem) implicará imediata reprovação

O prazo de entrega do artigo e defesa oral será na 15 aula da disciplina. Depois da correção realizada pela professora, será deferido o prazo de uma semana para o último envio e correção para a nota final que será enviada à secretaria do PPGD.

7. FREQUÊNCIA

Frequência obrigatória 75%

O aluno pode faltar no máximo 3 aulas.

8. BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. 2018. 224 p.

ALVITES, Elena Cecilia Azevedo; POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SARLET, Ingo Wolfgang (Orgs.). Anais da VII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia (volume 1) 2020. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021. v. 1, 1258 p. Disponível em: http://fundarfenix.com.br/ebook/134vlljornadavolumel/.

ALVITES, Elena; POMPEU, Gina Marcilio; SARLET, Ingo Wolfgang (orgs.). Direitos fundamentais na perspectiva da democracia interamericana 2020/2021. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: https://fundarfenix.com.br/ebook/108democraciainteramericana/. Acesso em: 3 jul. 2025.

ARANTES, Maristela Lugon; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. A interseccionalidade como meio para a compreensão do modelo social da deficiência. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 22, p. 2414—2433, 2024. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2870. Acesso em: 1 jul. 2025.

ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. El Neoconstitucionalismo Transformador: el Estado y el Derecho en la Constitución de 2008. Quito: Abya Yala, 2011. Disponúivel em: https://www.rosalux.org.ec/pdfs/neoconstitucionalismo.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

BAEZ, Narciso X.; SILVA, Rogério L. N.; SMORTO, Guido (orgs.). Os desafios dos direitos humanos fundamentais na América Latina e na Europa. Joaçaba: UNOESC, 2012. Disponível em: https://iris.unipa.it/retrieve/e3ad8916-2c6e-da0e-e053-3705fe0a2b96/Miolo_Livro%20BR-ITA.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

BALLLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004. Acesso em: 03 jul. 2025.

BANCO MUNDIAL. Doing business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2020. Disponível em: https://archive.doingbusiness.org/pt/reports/global-reports/doing-business-2020. Acesso em: 3 jul. 2025.

BIGELI, Beatriz Cilene Mafra; SILVA, Danilo Rafael da; MERGULHÃO, Jéssica Painkow Rosa Cavalcante, organizadores. Direito em transformação: temas contemporâneos [livro eletrônico]. Palmas, TO: Unitins, 2025. 209 p. Color. ePUB. ISBN 978-85-5554-151-3. DOI: 10.36725/978-85-5554-151-3. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/1441323064488073. Acesso em: 3 jul. 2025

BETHELL, Leslie. (org) História da América Latina. A América Latina após 1930: economia e sociedade. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. V. VI., SP:UNESP. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

BREWER-CARÍAS, Allan R. La Constitución de 1999: derecho constitucional venezolano. Editorial Jurídica Venezolana, 2022.

BRINKS, Daniel M.; BLASS, Abby. Rethinking judicial empowerment: the new foundations of constitutional justice. Oxford University Press; New York University School of Law, 2017.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SARLET, Ingo Wolfgang; LEAL, Mônia Clarissa Hennig; ALVITES ALVITES, Elena Cecilia; POMPEU, Gina Vidal Marcilio (Org.). Direitos fundamentais e a perspectiva interamericana da democracia. 2024. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Fênix. https://fundarfenix.com.br/ebook/363direitos-fundamentais-e-a-perspectiva-interamericana-da-democracia/ Acesso em: 03. jul. 2025.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; GARCIA, Ana Cláudia Pinheiro; CARVALHO, Andreia Pereira; BARROS, Alcemi Almeida de; FROZI, Daniela Sanches. Governança e mudanças climáticas: políticas implementadas pelo governo do estado do Espírito Santo para garantir o direito humano à alimentação adequada. Segurança Alimentar

e Nutricional, v. 31, p. e024031, 2025. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8676873. Acesso em: 3 jul. 2025

CASTAÑEDA, Jorge G. La utopía desarmada: intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina. 1. ed. 1995. 568 p.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Horizontes 2030: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible. Santiago: CEPAL, abr. 2017. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/40159-horizontes-2030-la-igualdad-centro-desarrollo-sostenible. Acesso em: 3 jul. 2025.

CEPAL; OPS; OMS. La urgencia de invertir en los sistemas de salud en América Latina y el Caribe para reducir la desigualdad y alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Santiago: OMS, 2024. 33 p. (SE/CEPAL-OPS). Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/urgencia-invertir-sistemas-salud-america-latina-caribe-reducir-desigualdad-ods. Acesso em: 3 jul. 2025.

CEPAL. 4 Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2025. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/entities/publication/2a8e26e1-18c7-4902-ba91-265bd2142b62.

CEPAL. Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe, 2024: Reconfiguração do comércio mundial e opções para a recuperação regional. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/entities/publication/928a0d60-e11c-4de7-9c48-18a5164c0493.

CERVO, Amado Luiz. Reformas de constituições na América do Sul. Meridiano 47, Brasília: v. 9, n. 100, p. 5, 2008. https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3409/3095.

CHEHTMAN, Alejandro. International Law and Constitutional Law in Latin America. In: MENDES, Conrado Hübner; GARGARELLA, Roberto (ed.). The Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America. Oxford University Press, 2022. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3207795. Acesso em: 3 jul. 2025.

COLLIER, David. O novo autoritarismo na América Latina. Tradução de Marina T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Disponível em: https://escholarship.org/content/qt5x25s9qp/qt5x25s9qp.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

COLÓN-RÍOS, Joel I. El estado del derecho constitucional comparado: ¿para qué son las Constituciones? Díkaion, v. 31, n. 2, e31213, 2022. Disponível em: https://dikaion.unisabana.edu.co/index.php/dikaion/article/view/19751.

Convergencia internacional y caminos propios: regulación de la inteligencia artificial en América Latina./ International convergence and own paths: regulation of artificial intelligence in Latin America., n. 21, p. 468—493, ago. 2024. ISSN 2386-4567. Disponível em: https://revista-aji.com/wp-content/uploads/2024/07/AJI21_Art17.pdf.

DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012. 656 p.

FAVOREU, Louis. As cortes constitucionais. Tradução de Dunia Marinho Silva. São Paulo: Landy, 2004.

FERES JR., J. A América Latina vista do alto. Revista de Sociologia e Política, n. 13, p. 183-188, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YSd9ycbDKzz387RLmJhMRMF/. Acesso em: 3 jul. 2025.

FUKUYAMA, Francis. Falling behind. Explaining the development gap between Latin America and the United States. New York: Oxford, 2008.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. Revista de Sociologia e Política, n. 25, p. 39, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/nNVrD9cZhVcCxPPfMQk9YtK/. Acesso em: 3 jul. 2025.

GARCIA, Eugênio V. Diplomacia brasileira e política externa. Documentos históricos 1493-2008. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARCIA-PELAYO, Manuel. Derecho constitucional comparado. Madrid: Alianza, 1999

GARGARELLA, Roberto. Pensando sobre la reforma constitucional. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 87-108.

GARGARRELLA, Roberto. La «sala de máquinas» de las constituciones latinoamericanas: entre lo viejo y lo nuevo. Nueva Sociedad, n. 257, jul./ago. 2015. ISSN 0251-3552. Disponível em: https://nuso.org/articulo/la-sala-de-maquinas-de-las-constituciones-latinoamericanas/. Acesso em: 3 jul. 2025.

GROHMANN, L. G. M. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. Revista de Sociologia e Política, n. 17, p. 75-106, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zKJkXJRKhHLVFw3tkGmDCSb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 3 jul. 2025 GUIMARÃES, D. M., BARROS, F. L. d., & PINTO, Júlio Roberto

de Souza. (2014). Democracia na América latina: Desafios e perspectivas. Sociedade e Estado, 29(1), 15-20. DOI: 10.1590/S0102-69922014000100002.

LANDA, C. R. Constitutional Questions in Latin America and Peru. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2024.

LANDA, C. R. Cuestiones urgentes de derecho constitutional. Crisis democrática, derechos y jurisdicción constitucional-convencional. Lima: Palestra, 2024.

LANDA, C. R. El Poder Ejecutivo del Perú en cautiverio del Congreso de la República. In: _____. El poder presidencial en América Latina: Un poder (i)limitado?. Bogotá: Universidad del Externado de Colombia, 2024.

LANDA, C. R. La crisis de la democracia en el Perú y el rol de la justicia constitucional. Revista Electrónica Iberoamericana, v. 18, n. 1, p. 21—40, 2024. Disponível em: https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REIB/article/view/8631.

LANDA, C. R. Las competencias no previstas dentro de las funciones del Tribunal Constitucional. En Revista de Estudios Constitucionales. Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2024.

LANDA, C. R. Populismo constitucional: Un peligro electoral en el Perú. In: XXI Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España. Actas. Valencia: Tirant lo Blanch, 2025. p. 533—556. Disponível em: https://www.acoes.es/wp-content/uploads/2024/02/Comunicacion-Congreso-ACE-C.-Landa.pdf. Acesso 3 jul. 2025.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; BUSSINGUER, E. C. A. (Org.); ALVITES, E. C. A. (Org.); POMPEU, G. V. M. (Org.); SARLET, I. W. (Org.). Anais da X jornada da rede interamericana de direitos fundamentais e democracia. 1. ed. Vitória: Fundação Dom Cabral/FDV, 2024. 871 p. Disponível em: http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/1823.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; RANK, H.; FRANCO, F. (Org.). La protección de grupos vulnerables y la superación de la discriminación estructural. 1. ed. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2025. v. 1. 344 p

MARTÍNEZ DALMAU, Rubén; STORINI, Claudia; VICIANO PASTOR, Roberto. Nuevo constitucionalismo latinoamericano: garantías de los derechos, pluralismo jurídico y derechos de la naturaleza. Santiago de Chile: Ediciones Jurídicas Olejnik, 2021. 294 p.

MARTINS, Estevão C. de R.; SARAIVA, Miriam G.(orgs). Brasil- União Européia — América do Sul. Anos 2010-2020. RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MENDES, Conrado Hübner; GARGARELLA, Roberto; GUIDI, Sebastián (org.). The Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2022. Disponível em: https://academic.oup.com/edited-volume/38854. Acesso em: 3 jul. 2025.

MENDONÇA, Marina G.; PIRES, Marcos C. (orgs). Formação econômica da América Latina. São Paulo: LCTE, 2012.

MEYER, Emilio Peluso Neder (Org.). Direito Constitucional Comparado: perspectivas contemporâneas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: https://www.editorafi.org/55direitoconstitucional. Acesso em: 3 jul. 2025.

MORAES, M. V.; LEAL, Mônia Clarissa Hennig. Cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil: propostas de instrumentalização do Estado na perspectiva das sentenças estruturantes. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024. 335 p. Disponível em: https://editorial.tirant.com/free_ebooks/E000020005832.pdf.

NAIM, Moises. O Fim do poder: nas salas de diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser? Tradução Luis Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2013.

NAÍM, Moisés. O fim do poder: como os novos e múltiplos poderes estão mudando o mundo e abalando os modelos tradicionais. 2. ed. São Paulo: Leya, 2019

NINO, Carlos Santiago. La constitución de la democracia deliberativa. Buenos Aires: Gedisa, 1997

NOGUEIRA ALCALÁ, Humberto. Los derechos humanos en el derecho constitucional y su relación con el derecho convencional internacional. Derecho, Santiago, v. 3, n. 1, p. 9—42, 1994.

O'DONNEL, Guilhermo. Democracia, agência e estado. Teoria com intenção comparativa. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

O'DONNEL, Guilhermo. Disonancias: Críticas democráticas a la democracia. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

OLIVEIRA, Gesner; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de. Parcerias público-privadas: experiências, desafios e propostas. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

OLIVEIRA, L. L. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. Sociologias, v. 7, n. 14, 2005. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5544. Acesso em: 1 jul. 2025.

PÉREZ-DÍAZ, Victor. Sueno y razon de América Latina. Espanha: Taurus, 2005.

PINTO, Sérgio R. O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento. Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 337-359, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/gwBRnQPnZfgvqzBsWMTfkJP/.

POMPEU, G. V. M.; VIANA, Sarah Araujo . Do liberalismo ao neossocialismo na América Latina: um estudo de caso da República Bolivariana da Venezuela. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. (Org.). Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. 1ed.Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2009.

POMPEU, G. V. M.; HISSA, Carolina S.. O escopo do Estado e das Instituições nos países da América do Sul e a inserção na economia global. Fortaleza: Premium, 2010. 272 p.

POMPEU, G. V. M.. A crise do estado social e o escopo do estado e das instituições nos países da América do Sul. In: Narciso Leandro Xavier Baez; Rogério Luiz Nery da Silva; Guido Smorto.. (Org.). Os desafios dos Direitos Humanos Fundamentais na América Latina e na Europa. 1°ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2012, v. 1, p. 555-579.

POMPEU, G. V. M.; FREITAS, A. C. P. ; SILVA, H. S. V. . A inserção do Direito ao voto do Estrangeiro na América Latina. Revista de Direito Brasileira - RDBras, v. V.15, p. 61-82, 2016. Disponível em:

Link: https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3067/0.

POMPEU, G. V. M.; AMORA, L. A. S. . O populismo na América Latina e o caminho da servidão no século XXI: a contribuição da teoria econômica de Friedrich von Hayek para a compatibilização entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Prim@ Facie, v. 15, p. 1-29, 2016. Disponível em:

Link: https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/28839.

POMPEU, G. V. M.; FARIAS, M. E. C. . Concessão de microcrédito em bancos de investimentos e desenvolvimento na América Latina, como instrumento de crescimento econômico e desenvolvimento humano. Revista Jurídica- Unicuritiba, v. 03, p. 617-648, 2018. Disponível em:

Link: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3247.

POMPEU, G. V. M.; FREITAS, A. C. P. O Direito, em meio à teoria e prática no caminho entre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade na complexa sociedade do risco. In: ARROYO, Cesar Rodrigo Landa; SARLET, Ingo Wolgang; SCHIER, Paulo Ricardo (Org.). Direitos Humanos e Fundamentais na perspectiva da Democracia interamericana. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2018. v. 1, p. 69-90.

POMPEU, G. V. M. Estado social, desenvolvimento humano e sustentabilidade na América Latina. In: SARLET, Ingo; NOGUEIRA, Humberto; POMPEU, Gina Marcilio (Org.). Direitos Fundamentais na perspectiva da Democracia Interamericana. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1, p. 225-256.

POMPEU, G. V. M.; QUEIROZ, D. (Org.) . Direito Constitucional comparado na América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1. 378 p.

POMPEU, Gina V. M.; QUEIROZ, D. (Org.). Direito constitucional comparado na América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1. 378 p.

POMPEU, G. V. M.. Estado Social e Instituições revisitadas na América Latina. In: Gina Vidal Marcilio Pompeu; Daine de Queiroz. (Org.). Direito Constitucional Comparado na América Latina entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 209-240.

POMPEU, G. V. M.. Estado social, desenvolvimento humano e sustentabilidade na América Latina. In: Ingo Sarlet; Humberto Nogueira; Gina Marcilio Pompeu. (Org.). Direitos Fundamentais na perspectiva da Democracia Interamericana. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 225-256.

POMPEU, G. V. (Org.); LEAL, Mônia Clarissa Hennig (Org.); ALVITES ALVITES, E. C. (Org.). Actas de las IX Jornadas de la RED Interamericana de Derechos Fundamentales y Democracia. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2024. Disponível. https://fundarfenix.com.br/ebook/312actasdelas/.

POMPEU, G. V. M.; LIMA, R. A. ; LIMA, E. A. . Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e o desenvolvimento humano pós-pandemia: perspectivas à luz de Amartya Sen. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, v. 36, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://revista.trf1.jus.br/trf1/article/view/624.

POMPEU, GINA VIDAL MARCÍLIO. A influência da opinião consultiva nº 23/17 da CIDH para a concretização dos Direitos da Natureza. Do antropocentrismo ao ecocentrismo na América Latina. In: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Ingo Wolfgang Sarlet; Mônia Clarissa Hennig Leal; Elena Cecilia Alvites Alvites; Gina Vidal Marcilio Pompeu. (Org.). Direitos fundamentais e a perspectiva interamericana da democracia. 1ed.Porto Alegre: Fundação Fênix, 2024, v. 1, p. 131-167.

POMPEU, G. V. M.; PEREIRA, K. L. S. . Entre financeirização e governança socioambiental: a lacuna ESG na América Latina. In: Clovis Gorczevski; Elany Almeida de Souza; João Hélio Ferreira Pes; Micheli Capuano Irigaray; Micheli Piucco. (Org.). Governança Climática: tecnologias e mecanismos de resiliência e adaptação. 1ed. Porto Alegre: Freepress, 2025, v. 1, p. 65-102.

RODRÍGUEZ, R. V. Patrimonialismo, democracia direta e neopopulismo na América Latina. Diálogos Latinoamericanos, n. 18, p. 61, 2011. Disponível em: https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113434. Acesso em: 3 jul. 2025.

RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Climate Change on Trial: Mobilizing Human Rights Litigation to Accelerate Climate Action. Cambridge: Cambridge University Press, 2025. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/elements/climate-change-on-trial/253D0C6D5CD6667A71CECA18F0423032.

SANTOS, E.; BAQUERO, M. Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa. Revista de Sociologia e Política, n. 28, p. 221, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/TDbxnrNWJWL4PHwKP4C7KVP/. Acesso em: 3 jul. 2025.

SARLET, I. W. (Org.); NOGUEIRA, H. (Org.); POMPEU, G. V. M. (Org.). Direitos Fundamentais na perspectiva da Democracia Interamericana. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1. 225 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Constitucionalismo climático, norm drivers, norm sustainers e veto players: governança climática policêntrica, em rede ou multinível e problemas de ação coletiva. Revista de Direito Ambiental, v. 1, p. 281—316, 2024.

SGARBOSSA, Lucas Farias; SARLET, Ingo Wolfgang. A constituição ecológica subnacional no Brasil: breve análise das características e processos do bloco de constitucionalidade ambiental brasileiro. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 69, p. 119—147, 2024. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/95710. Acesso em: 3 jul. 2025.

SOUSA, Fernando J. P. de (org). Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: UFC, 2010

SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (Orgs.). Economia e movimentos sociais na América Latina [recurso eletrônico]. Edição on-line. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. ISBN 978-85-99662-59-5. Disponível em: https://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

TOKMAN, Victor E., O'DONNEL, Guilhermo. Pobreza y desigualdad en América Latina. Temas y nuevos desafios. Tradução de Cristina Pina e Leandro Wolfson. Buenos Aires: Paidós, 1999.

TOURAINE, Alain. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória cultural. Campinas: UNICAMP, 1989.

TRINDADE, André Karam (org.); BUSSINGUER, Eduardo Carlos Bianca (org.); SARLET, Ingo Wolfgang (org.); RODRIGES, Rodrigo da Silva (org.). Estado, regulação e transformação digital: o Judiciário, a sociedade da informação e os desafios da digitalização. 1. ed. São Paulo: Tirant, 2024.

VERDUM, Ricardo (Org.). Povos Indígenas: constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: INESC, 2009.

VIANA. Sarah Araujo. Do liberalismo ao neossocialismo na América Latina: a perspectiva da Democracia

venezuelana diante da proposta socialista de Hugo Chávez. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional; PPGD/UNIFOR. Disponível em:

Link: https://unifor.br/web/guest/bdtd?course=84&registration=823999. Acesso em 24/01/2026.

VICIANO PASTOR, Roberto (Editor). Estudios sobre el Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano. Valencia: Tirant ló Blanch, 2012.

WOLKMER, Antonio C.; MELO, Milena P. (Orgs.). Constitucionalismo Latino-Americano — Tendências Contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013.

YANEZ-PAGANS, M.; ISIK-DIKMELIK, A.; et al. Central America Human Capital Review: Promoting More and Better Investments in Human Capital. Washington, D.C.: World Bank Group, 2024. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099030424120555278/pdf/P1774031 7a82480d71a556166eedd5b5dd4.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.